



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Política Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Política de Educação**

## **O PADRÃO DEPENDENTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA CONTRARREFORMA UNIVERSITÁRIA DE LULA A BOLSONARO**

**LILIANE GOMES DE ABRANTES ANDRADE<sup>1</sup>**

**VINÍCIUS RAFAEL LOPES<sup>2</sup>**

### **RESUMO:**

O artigo tem por objetivo analisar a contrarreforma da educação superior no Brasil, a partir do primeiro governo Lula até o governo Bolsonaro. Para tanto, partimos da relação entre o desenvolvimento econômico dependente do país e o padrão de educação dependente, indicando as metamorfoses sofridas pelo ensino superior, a partir das determinações mais gerais, que perpassam a formação social do país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação dependente. Contrarreforma do ensino superior. Mercantilização. Ensino a distância.

### **ABSTRACT:**

The article aims to analyze the counter-reform of higher education in Brazil from the first Lula government to the Bolsonaro government. To do so, we start from the relationship between the country's dependent economic development and the dependent education pattern, indicating the metamorphoses undergone by higher education based on more general determinations, which permeate the country's social formation.

**KEYWORDS:** Dependent education. Counter-reform of higher education. Commodification. Distance learning.

### **INTRODUÇÃO**

A educação superior no Brasil, historicamente, esteve a serviço da classe dominante, de tal modo, que seu desenvolvimento sempre esteve sintonizado às necessidades e anseios do

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte

capital que, por sua vez, variam de acordo com as mudanças no campo da produção e do trabalho.

O modelo de educação superior do Brasil contemporâneo, tal qual Florestan Fernandes designou de padrão dependente de educação, tem origem na busca incessante do capital por soluções para as suas crises, cujos desdobramentos mais enfáticos, ocorrem a partir dos anos de 1990, período marcado pela contrarreforma do Estado sob a orientação dos organismos financeiros internacionais, decorrente da adoção do projeto econômico neoliberal no País.

As metamorfoses no aparelhamento estatal, traduzem o processo de contrarreforma da educação superior, o qual vem se delineando desde o governo Collor, aprofundando-se a partir dos governos de Lula, por meio da privatização das IES públicas, da abertura de IES privadas e da consolidação e ampliação das IES à distância, até os dias atuais. Para melhor compreensão dessa problemática, nos propomos a analisar a contrarreforma da educação superior no Brasil, com ênfase no período que data o primeiro governo Lula até o governo Bolsonaro, considerando ser este o período de acirramento do processo de reformulação do ensino superior, perpassado por uma verdadeira explosão do setor privado.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada mediante o levantamento de referências que versam sobre a temática. Com o intuito de apreender as múltiplas determinações desse processo, pautamos nossa análise na perspectiva da totalidade inscrita no materialismo histórico dialético de Marx, por compreender que este proporciona ao pesquisador uma apreensão concreta da realidade concreta.

## **1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA BREVE REFLEXÃO TEÓRICA**

A inserção dependente do Brasil no circuito da economia mundial, apesar de estabelecida já em sua formação sócio-histórica, é aprofundada na década de 1990, mediante a adoção de um conjunto de reformas neoliberais em resposta à crise estrutural do capital, emergida na segunda metade da década de 1970.

Analisar a educação superior brasileira requer inseri-la no campo das relações políticas, sociais, culturais e econômicas constitutivas da formação sócio-histórica do país, afim de compreender as determinações de seu formato na contemporaneidade. A partir dessa perspectiva, Florestan Fernandes (1975 *apud* LIMA; PEREIRA, 2009), estabeleceu a relação entre o desenvolvimento econômico dependente e o padrão de educação dependente, como um dos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

principais eixos que constituem a educação superior brasileira, uma vez que, esta passa a constituir um nicho de exploração e lucratividade para setores privados nacional e internacionalmente, além de se apropriar de conhecimentos e modelos de universidades europeias, com grandes equívocos, por sua vez.

Destarte, a educação superior, historicamente, monopolizada pelos setores constituintes da burguesia, é refuncionalizada a partir do desenvolvimento do capitalismo monopolista. De acordo com Lima e Pereira (2009), a expansão do acesso à educação passou a ser uma exigência do próprio sistema capitalista, que vislumbrou a possibilidade de qualificação da força de trabalho para o atendimento de suas requisições produtivas, bem como a possibilidade de disseminação da concepção de mundo burguesa através da imagem de uma “política de inclusão”.

Nestes rumos, em um contexto marcado pelas reivindicações dos setores subalternizados pela socialização do conhecimento, logo, pelo acesso ao ensino superior, o capital adota tal bandeira de luta, não na perspectiva de democratizar o ensino e possibilitar o acesso à classe trabalhadora, mas porque vê na educação, um ponto de partida para ampliar o processo de acumulação, visto que o conhecimento pode qualificar a mercadoria mais valiosa do modo de produção capitalista, isto é, a força de trabalho.

Na década de 1960, têm-se o debate travado em torno da reforma universitária enquanto uma “reforma de base” ou reforma de estrutura importante naquele contexto, marcado pelas reivindicações dos movimentos sociais, em especial, pelo movimento estudantil (Lima, 2007). Diante do embate, a burguesia assumiu a tarefa de “reformular o ensino superior” que, por sua vez, é denominado por Fernandes (1975 *apud* Lima; Pereira, 2009) como “reforma universitária consentida<sup>3</sup>”.

Desse modo, a contrarreforma universitária entrou na agenda política, em 1968, através da aprovação da Lei nº 5.540/68, denominada Lei da Reforma Universitária. A fração burguesa, ao desenvolver tal processo de ampliação do acesso e modernização da educação, o que Fernandes (1989) nomeou de milagre educacional, desenvolvia também o crescimento da esfera econômica, numa conjuntura marcada pelo chamado “milagre econômico”, por meio do estreitamento do ensino superior público e do aprofundamento da privatização pela via da destinação de recursos

---

<sup>3</sup>Consentida porque teve o apoio dos movimentos sociais, inclusive do movimento estudantil, porém o que se operou nesse contexto foi um processo de (contra) reforma, já que precarizou, flexibilizou e sucateou os serviços educacionais, não correspondendo as verdadeiras bandeiras de luta dos movimentos (Lima, Pereira, 2009).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

às instituições de ensino privadas, além da autorização para abertura de novos cursos privados (Lima, 2007).

Tal reforma universitária, conduzida pela burguesia nos marcos do regime militar, longe de romper com o padrão dependente de educação superior, considerando as lutas sociais em torno de sua reformulação, acaba por acirrar tal dependência, no passo que coloca a educação, cada vez mais, como espaço de realização das necessidades do capital, minando qualquer possibilidade de uma educação democrática e de qualidade.

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema (Mészáros, 2008, p.16).

Nota-se que a educação superior no Brasil sempre esteve a serviço dos interesses da classe economicamente e politicamente hegemônica, isto é, o capital, e que os processos de privatização constituem uma marca histórica no curso de seu desenvolvimento, tendo o Estado, um papel fundamental nesse processo que, por meio de reformas, converte a educação num mecanismo para a manutenção da rentabilidade do capital, da coesão social, de promoção da justiça social e do desenvolvimento econômico e social” (Medeiros, 2018), ajusta o sistema educacional do país às necessidades do capital, que variam conforme as mudanças no campo da produção e do trabalho.

Nesse sentido, os aspectos brevemente suscitados, seguem em curso e são reafirmados na Constituição Federal de 1988, tal qual estabelece a participação da esfera privada na oferta de serviços educacionais, bem como o repasse de recursos públicos para o setor privado, em um contexto demarcado pela restauração do capital nos países centrais cujos desdobramentos no Brasil emergiu na década seguinte, através da adoção da política econômica neoliberal, logo, da contrarreforma do aparelho do Estado, imprimindo novos contornos à política de educação superior, o que trataremos de problematizar na sequência.

**2 A CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:** uma análise de sua reformulação entre os governos de Lula a Bolsonaro



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O processo de contrarreforma do Estado brasileiro, inaugurado a partir da década de 1990, traduz as demandas impostas pela crise do capital, iniciada na segunda metade da década de 1970, no cenário internacional, decorrente da ruptura com o período de expansão do pós-guerra, sob a égide do Estado de bem-estar social. Submerso em uma crise de caráter mundial, o capital tenta se reestruturar a partir da retomada das taxas de lucro. Para tanto, fez-se necessário o rompimento com o modelo fordista-taylorista, o qual consistia na produção e consumo em massa (Mascaro, 2013), bem como a adoção de novas formas de acumulação flexibilizada, isto é, o Toyotismo que, associado ao projeto econômico neoliberal, inauguram o que autor chama de período pós-fordista. Para Montano e Duriguetto (2011, p. 193).

[...] o “projeto/processo neoliberal” constitui a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital – em face da crise, do avanço tecnocientífico e das lutas de classes que se desenvolvem no pós-1970, e que se desdobra basicamente em três frentes: a ofensiva contra o trabalho (atingindo as leis e direitos trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda), a chamada “reestruturação produtiva” e “(contra) reforma do Estado” (Montano; Duriguetto, 2011, p.193).

Nesse contexto de ataques à classe trabalhadora e aos direitos sociais, a privatização assume maior protagonismo, em função da contrarreforma da esfera estatal, expressa fundamentalmente, no afastamento do Estado, no tocante as suas responsabilidades. Nas palavras de Mascaro (2013, p.193):

Por todo o mundo, as privatizações são uma das novas fronteiras para o capital. Nesse processo que não é apenas de compra de empresas públicas por privadas, mas, sim, de espoliação – modo de acumulação primitiva -, integram-se novos ambientes de valorização do valor, mediante uma presença ativa do Estado, que financia, subsidia e prepara institucional e economicamente a própria majoração dos espaços privados de acumulação.

É nesse cenário que a educação superior é sistematicamente reformulada por meio de um intenso processo de contrarreforma, sob a orientação dos organismos internacionais, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, os quais assumem um papel decisivo na implementação das diretrizes do consenso de Washington, nos países periféricos. Segundo Medeiros (2018), com o objetivo de responder as demandas dos organismos internacionais para obtenção do crescimento econômico, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), publicou em 1990 e 1992, respectivamente, dois documentos de orientações para as políticas educacionais e para a capacitação dos recursos humanos: “Transformação produtiva em equidade” e “Educação e Conhecimento: eixo da transformação produtiva”. A proposta da CEPAL



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

nos referidos documentos, defende que o desenvolvimento tecnológico é essencial no processo de transformação produtiva e no fortalecimento da democracia e da equidade, pautando-se na perspectiva de que a formação de recursos humanos e o conhecimento, são forças propulsoras para a adequação aos novos processos produtivos (Medeiros, 2018), e que a educação e a produção do conhecimento, são fundamentais para o desenvolvimento do país.

Seguindo essa orientação, a política de educação passa a ser estruturada enquanto dimensão essencial, no sentido de promover o desenvolvimento econômico, devendo o Estado abster-se de sua promoção integral, como forma de expandir a participação do setor privado na sua promoção e, conseqüentemente, ampliar o seu alcance.

Nesses rumos, a expansão do acesso ao ensino superior, consolida-se a partir de dois eixos norteadores: o crescimento do setor privado e a privatização interna das instituições de ensino superior públicas (Lima, 2007). Segundo a autora, ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, mais precisamente, entre os governos Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a educação superior vivenciou faces do que Fernandes (1989) chama de antirreforma, materializadas no empresariamento do ensino superior, sob o argumento de uma suposta democratização.

É nos marcos dos governos Lula (2003-2011), que assistimos o aprofundamento do padrão dependente de educação superior, segundo Lima (2007). O presidente Lula demonstrou que a contrarreforma do ensino superior era, de fato, uma de suas pautas de ação política. De acordo com a autora, a expectativa era que o governo Lula revertesse o processo de contrarreforma operado nos governos que o antecedeu. Porém, observa-se a continuidade desse processo, de maneira ainda mais intensa, na redução dos gastos com as universidades públicas, na ampliação das verbas com crédito educativo, no estímulo ao acesso às universidades privadas, no incentivo aos cursos não-universitários e na consolidação da educação superior à distância, enquanto estratégias de acesso ao ensino superior (IBID).

Lima e Pereira (2009) sinalizam as principais características da contrarreforma da educação superior, operacionalizada no governo Lula, sendo estas: o fortalecimento do empresariado da educação superior através das parcerias público-privadas/PPPs, que possibilitaram a venda de serviços educacionais no âmbito das IES públicas e a abertura desenfreada de IES privadas; a implementação de programas para ampliação do acesso ao ensino superior, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que garante a isenção fiscal para os empresários da educação, em troca de vagas públicas nas IES privadas, o

Financiamento do Ensino Superior (FIES) em IES privadas, o qual oferece aos jovens juros menores para o custeio de cursos superiores em instituições privadas; e a implementação dos contratos de gestão, é o que traduz o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) apresentado via Decreto nº 6096/07.

Compreendendo que a expansão do acesso à educação superior é uma reivindicação e/ou demanda histórica da sociedade civil, os programas anteditos – PROUNI, FIES e REUNI – constituem ganhos sociais para o conjunto dos sujeitos coletivos que, ao dispor de várias possibilidades de acesso ao ensino superior, tem a chance de se inserirem na esfera acadêmica e, portanto, de adquirir certo grau de escolaridade, antes, monopolizado pelos setores elitizados da sociedade. Todavia, o atendimento das demandas sociais via ampliação do acesso ao ensino superior, é um elemento de relevância secundária nesse processo, seu objetivo primordial foi transformar a educação superior brasileira de acordo com os padrões requisitados pelo Banco Mundial e o FMI.

O programa REUNI, ainda que opere em direção oposta ao PROUNI e ao FIES, apresenta uma lógica contraditória. De acordo com Lima e Pereira (2009), o objetivo do REUNI foi aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais, o que resultou no aumento do número de alunos/as por professor em sala de aula, além de diversificar as modalidades de ensino por meio da flexibilização dos currículos, da educação à distância e da criação dos cursos de curta duração, de forma a reduzir o número de evasão. Ao propor o aumento de vagas nas IES públicas, acirra os processos de precarização e instiga a privatização da educação superior pública. Para Guerra (2010), o governo promoveu a expansão de vagas sem o devido investimento na infraestrutura, bem como na abertura de concursos públicos para admissão de docentes e técnicos-administrativos, ocasionando uma série de problemas, a exemplo, de salas superlotadas, falta de espaço físico, aumento da carga horária de trabalho para as/os professoras/es e preocupação excessiva com o alcance de metas de produtividade em detrimento da qualidade do ensino.

Um outro elemento que merece destaque neste programa é o fato de que o atendimento aos planos é condicionado a capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação (MEC), (Cislighi, 2011), isto é, não há garantia de recursos suficientes a sua manutenção, ficando as universidades públicas subordinadas aos limites orçamentários determinados pela política econômica neoliberal e, por conseguinte, às suas mutações em dados contextos socioeconômicos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Apesar do programa REUNI revelar tendências potencializadoras dos processos de precarização, sua importância no processo de democratização do acesso e, sobretudo, na permanência dos estudantes nas universidades públicas, é inegável. Ademais, é válido salientar que, embora o programa REUNI tenha contribuído na ampliação do acesso ao ensino superior público e melhorado os índices de conclusão nos cursos de graduação no âmbito das universidades, nota-se que a expansão do acesso ao ensino superior, continuou se dando majoritariamente através das IES privadas durante os governos Lula.

Dados do Censo da Educação Superior de 2010, divulgados pelo INEP, apontam que das 2.377 instituições de ensino superior que ofertavam cursos de graduação, 2.099 eram privadas e 278 eram públicas. Com relação as matrículas em cursos de graduação, do total de 6.379.299 matrículas, 4.736.001 estavam concentradas na esfera privada e 1.643.298 nas IES públicas (IBID).

Ainda no governo Lula e como estratégia de fortalecimento do setor privado, assistiu-se um forte impulso à modalidade de ensino a distância através dos Decretos 5.622/05 e 5.800/06, que instituem e regulamentam o ensino não presencial e o consórcio de instituições que ofertam esta modalidade de ensino, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) (Chagas, 2016). É nesse contexto que a educação a distância se consolida na oferta de cursos de graduação, atingindo 14,6% das matrículas no ensino superior (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa/Censo de educação Superior, 2010). A rigor, o ensino à distância, longe de constituir uma política de educação superior de qualidade, se apresenta como espaço de ampliação da acumulação capitalista, sob a alegação da democratização do acesso aos cursos superiores aos segmentos mais subalternos.

[...] ocorre uma expansão da acessibilidade de forma superficial e enganosa, que mascara o baixo nível de escolarização de nosso país e a precarização do acesso a uma educação de qualidade, escancarando os interesses mercantis e não educacionais. Assim podemos identificar que tem havido uma fragilização da educação como direito social, o que acaba cerceando a oportunidade e o direito do cidadão de ter uma educação de qualidade, em que todos deveriam ter acesso gratuitamente (Monte *et al* 2015, p. 250).

Conforme já sinalizado anteriormente, apesar de atender às demandas históricas da sociedade civil, pela democratização do acesso à educação superior, por meio das mais variadas estratégias, o atendimento dessas demandas sociais reflete o processo de contrarreforma da educação superior instaurado para atender as requisições dos organismos internacionais, confirmando o perfil de educação dependente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O programa de expansão da educação superior constitui um denominador comum entre o governo de Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016). A particularidade do governo Dilma é um novo ciclo de expansão, tanto em termos de ampliação das universidades, *Campi* e Institutos Federais de Educação, quanto da presença crescente e expansionista do ensino privado e a distância, através dos processos de interiorização (MEDEIROS, 2018).

De acordo com dados do INEP (2013 *apud* MEDEIROS; PERUZZO, 2016), das 2.391 instituições de ensino superior do país, 301 são públicas e 2.090 de natureza privada. No que diz respeito a localização geográfica, das 301 IES públicas, 203 estão situadas no interior, enquanto as 98 restantes estão localizadas na capital, já das 2.090 IES privadas, 1.347 estão localizadas no interior e 743 estão situadas na capital.

O interior passou a ser considerado como uma possibilidade de expandir os nichos de mercado. Os jovens não mais precisariam migrar até os grandes centros e já poderiam acalantar o sonho de cursar uma faculdade, tendo, como objetivo, mudar de condição social, o que a educação superior passou a possibilitar. Por isso, o novo modelo de expansão da educação superior passou a considerar a interiorização e seus processos de regionalização do desenvolvimento como uma necessidade para responder às carências do interior brasileiro no tocante à dinâmica da reprodução e ampliação das taxas de lucro do capital (Medeiros, 2018, p. 38).

Destarte, a interiorização da oferta de cursos superiores, possibilitou a inserção dos oligopólios da educação nas cidades interioranas, até então inexploradas, sob a imagem da profissionalização de jovens e adultos, que sonhavam com o acesso ao ensino superior, camuflando suas reais intenções, ou seja, “qualificar” mão de obra para atender às necessidades do mercado. No que se refere ao ensino a distância, dados divulgados pelo INEP (2015), apontam que as matrículas em cursos de graduação a distância, continuaram crescendo, chegando a 1.393.752, o que corresponde a 17,4% do total de matrículas da educação superior.

Nesse contexto, em 2016, a presidenta Dilma é destituída do poder, dando início ao governo ilegítimo de Michel Temer (2016-2018), cujo programa de governo é eminentemente ultraneoliberal. Segundo Melo e Sousa (2017), a ação que definiu os rumos das reformas educacionais do governo Temer, foi a aprovação da EC 95, que congela os investimentos públicos na educação e em outras políticas sociais, por vinte anos. A partir desse contexto, as universidades públicas passam a enfrentar ações concretas de sucateamento, devido à ausência de recursos. Em contrapartida, a oferta do ensino superior nas instituições privadas de ensino, cresce consideravelmente.

A Sinopse Estatística da Educação Superior, divulgada pelo Inep (2017) e atualizada em setembro de 2018, apresenta os seguintes dados: no referido ano, do total de 2.448 instituições de ensino superior no Brasil, 296 são públicas e 2.152 são instituições privadas. Em relação ao número de matrículas na graduação, encontramos a seguinte distribuição: do total de 8.286.663 matrículas, 2.04.356 são em IES públicas e 6.241.307 estão concentradas em IES privadas (Lima, 2019, P.24).

Além disso, de acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2017, o número de ingressos em cursos de graduação a distância, ampliou sua participação para 33,3% em 2017, o que equivale a 1.073.497 ingressantes no Ead; já a modalidade presencial, apresentou o 2º ano de queda no número de matrículas. É válido salientar que o ensino superior à distância, também está presente na esfera pública, entretanto, dados do Censo da Educação Superior de 2017, demonstram que sua oferta na rede federal de ensino superior, é mínima, isto é, apenas 7,8% das matrículas na rede Federal, são na modalidade à distância. O que atesta a primazia do setor privado no Ead, seguindo as tendências do ensino presencial.

Sob a influência do Banco Mundial, de maneira mais intensa do que a praticada nos governos anteriores, acirra-se as tendências de privatização e reduz-se o investimento no âmbito das IES federais – fomentado nos governos petistas –, ocasionando um enxugamento da contratação de pessoal através de concursos públicos e a redução da formação à dimensão do ensino, devido à falta de verbas (Rosa; Martins, 2021).

Nas IES públicas, o momento da expansão de matrículas e cursos - como foi o caso do REUNI - é freado em função dos ajustes, deixando às instituições a amarga tarefa de reconfigurar diversos procedimentos internos, para fazer frente à expansão (do período anterior) que lhes legou mais alunos, cursos, campi e forte interiorização, sem devido financiamento (Mancebo, 2017, p.884).

Um aspecto que também merece destaque, foi a clara tentativa de cercear a autonomia das instituições de ensino, sobretudo, as universidades, seja na condução dos seus processos administrativos, seja na censura da discussão de conteúdos que revelam a lógica de processos políticos, econômicos, sociais e culturais, logo, que promovem questionamentos às bases do *status quo*. Rosa e Martins (2021) chamam atenção para esse fato, as universidades foram fortemente atacadas e/ou ameaçadas pela política antidemocrática e perseguidora do governo federal, por meio da busca e apreensão de documentos institucionais e condução de docentes, de maneira coercitiva para prestação de esclarecimentos junto a Polícia Federal, como aconteceu na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na Universidade Federal de Minas Gerais

(UFMG), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Outro exemplo de ataque à educação nos rumos do governo Temer, foi a perseguição ao educador e filósofo Paulo Freire, por sua exaustiva defesa de que não há educação neutra e que, portanto, todo ato pedagógico é, por natureza, um ato político, Freire foi alvo de ataques e censuras por um movimento intitulado “Escola sem partido” que, através de um projeto de lei, propõe princípios de neutralidade política e ideológica no âmbito das instituições educadoras (Arelaro; Caetano, 2020).

Nesse contexto de implementação de políticas ultraneoliberais e de ascensão do neoconservadorismo, a extrema direita obteve a vitória nas eleições presidenciais de 2018, assumindo a presidência da república, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). O governo Bolsonaro, dando continuidade às ações do governo Temer, apresentou medidas e projetos ainda mais nefastos à classe trabalhadora. Para Lima (2019), o plano de governo, intitulado “O caminho da prosperidade”, apresentado com o *slogan* “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, teve como um dos eixos a “revolução na educação”. Nele, a meritocracia era a base de um sistema educacional de sucesso, bem como a defesa da escola sem partido e ideologias, com clara recusa ao que nomeiam de “ideologia de gênero”, reprimindo a disseminação do que eles definem de ideologias totalitárias e comunistas (IBID). O plano de governo de Bolsonaro indicou as seguintes diretrizes para condução das ações na educação superior.

As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. A educação à distância: deveria ser vista como um importante instrumento e não vetada de forma dogmática (Lima, 2019, p.27).

Sob esses rumos, a universidade era vista não como uma instituição responsável pela construção e socialização do conhecimento, mas como uma empresa/mercado, na/o qual a qualidade foi substituída pela produtividade e o saber pelo custo-benefício, defende Medeiros (2018). A universidade, que deveria ser um espaço de construção do pensamento crítico e emancipatório, sofreu fortes ameaças, tendo em vista o empenho do governo antedito na descaracterização do seu papel social.

No que se refere à inovação, ciência e tecnologia, alegou-se que o modelo de pesquisa e desenvolvimento no país, estava esgotado e que, portanto, não poderia depender exclusivamente



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

de recursos públicos (Lima, 2019). Sob a justificativa de ineficiência de recursos públicos para custeio de bolsas de pós-graduação, foi publicada a Portaria 34/2020, que altera os critérios de distribuição de bolsas de mestrado e doutorado, representando uma queda de aproximadamente 35% das bolsas ofertadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2020), o que inviabilizou o ingresso de novos estudantes em programas de mestrado e doutorado, assim como a permanência daquelas/es já inseridas/os em tais programas, e, certamente, o início e a continuidade de pesquisas. Leher (2019) aponta que a política de desmonte do Ministério da Educação foi inaugurada com o programa “Future-se”, que operou uma ofensiva ao ensino superior público, propondo que as universidades captassem recursos próprios, através da venda de serviços para seu autofinanciamento, sob a defesa de garantia de mais autonomia às universidades, lançando bases efetivas de privatização.

O future-se cria enclaves de mercado no interior das instituições por intermédio de “contratos de desempenho”, do Fundo Soberano do Conhecimento e do Fundo patrimonial do Future-se. Com a bem-sucedida redução orçamentária das universidades federais, um resultado da EC 95/2016, as instituições seriam estrangidas economicamente a “empreender” negócios em áreas atraentes para o capital e deixar à mingua (por falta de orçamento) os projetos de extensão, as humanidades, as ciências básicas e a assistência estudantil (Silva *et al*, 2023, p. 207).

Houve uma clara tentativa do governo Bolsonaro em esvaziar as conquistas e direitos relativos ao campo da educação superior, com destaque para as universidades públicas, tal qual se apresenta como principal alvo de ataques nos últimos anos, na tentativa de barrar qualquer possibilidade de desenvolvimento de um projeto de nação emancipatório, bem como na intenção de transformar as universidades em centros de empreendedorismo e vendas de serviços educacionais.

Além disso, o governo supracitado efetuou diversos cortes no orçamento das universidades federais. Durante o seu primeiro ano de mandato, Bolsonaro bloqueou 30% do orçamento global das universidades federais, inviabilizando seu funcionamento a curto prazo (Leher, 2019). O ex-Ministro da Educação, Abraham Weintraub, justificou os cortes de orçamento como punição à suposta balbúrdia promovida pelas universidades (Flores; Matos, 2020). Assistiu-se a um claro movimento de desqualificação das universidades públicas perante a sociedade, por meio dos instrumentos de cooptação midiáticos, na tentativa de justificar as medidas de restrição de verbas voltadas à educação superior.

Outro ataque à autonomia das universidades e aos princípios democráticos no âmbito da academia, pôde ser visto na substituição dos Reitores democraticamente eleitos pela comunidade que constitui a academia, para assumir a reitoria, por candidatos que não obtiveram a vitória do pleito, em razão de afinidades político, partidárias e ideológicas com o governo. De acordo com Silva *et al* (2023), o governo Bolsonaro, a partir de tais intervenções na escolha dos reitores, incitou a construção da Associação dos Reitores das Universidades do Brasil (Afebras), tal qual era constituída por reitores ilegítimos, com o objetivo de fragilizar a Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Além disso, assistimos o debate em torno da Proposta de Emenda Constitucional 206/2019, que dispõe sobre a cobrança de mensalidades em universidades públicas, exceto para aqueles que, comprovadamente, não dispõem de recursos, demonstrando o interesse pela privatização das universidades públicas e sua total destruição enquanto patrimônio público e de acesso gratuito. Segundo Silva *et al* (2023), no ano de 2021, o governo contingenciou aproximadamente 40% do orçamento das universidades que, por sua vez, já era 21% inferior ao orçamento de 2020. Embora o governo tenha cedido ao desbloqueio gradual, manteve o corte de 21%. No ano de 2022, as perdas de recursos orçamentários das universidades continuaram demonstrando que a destruição paulatina das universidades públicas, traduzia a real intencionalidade do governo Bolsonaro.

Desse modo, o cenário para as maiores Universidades Federais é de esgotamento de seus orçamentos[...]. A análise da tendência recente é esclarecedora: em 2016, o orçamento discricionário era da ordem de 9 bilhões de reais; em 2019, de 6,2 bilhões de reais; em 2022, de apenas 4,9 bilhões de reais (Silva *et al*, 2023, p.198).

Para o governo Bolsonaro, a expansão do ensino superior deveria se dá através da oferta de cursos superiores na modalidade a distância. A intenção do governo antedito era criar 1,6 milhões de vagas no Ead, por meio do “Reuni digital”, nos termos de Silva *et al* (2023). O interesse pela expansão do ensino superior através do Ead, pode ser vislumbrado na publicação da Portaria n.2.117/19, que aumentava de 20% para 40% a possibilidade de carga horária de Ead em cursos superiores presenciais, em seu primeiro ano de governo.

O advento da pandemia da Covid-19, que demandou o isolamento social a partir de 2020, acabou corroborando com o projeto de destruição da educação superior pública. Em contrapartida, o setor privado vislumbrou no mercado de plataformas digitais, um nicho altamente lucrativo. Segundo Silva *et al* (2023), o Centro de Inovação para Educação Brasileira (CIEB) e a

Associação Brasileira de Startups (ABStartups), avaliou um crescimento de 44% das empresas que prestam soluções tecnológicas no setor de educação (Edtech), no período da crise sanitária. Tal modalidade de ensino não presencial tem assumido forte protagonismo no processo de mercantilização do ensino superior.

Não diferente dos governos anteriores e aqui analisados, a intensificação da mercantilização dos cursos superiores se manteve no governo Bolsonaro. Com base nos resultados do Censo da Educação Superior de 2022, das 2.595 instituições de ensino superior no país, 2.283 são privadas, enquanto apenas 312 são públicas. No que se refere ao número de matrículas, das 9.443.597 matrículas realizadas em cursos superiores, 7.367.080 estão concentradas no ensino privado e 2.076.517 nas instituições públicas (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 2022). Nesse sentido, o ensino à distância se confirma como tendência. Conforme demonstram os dados do INEP (2022), o número de ingressantes em cursos superiores na modalidade não presencial, correspondeu a 3.100.556; já o número de matrículas em cursos de graduação a distância, chegou a 4.330.934, evidenciando seu crescimento demasiado. Merece destaque a participação do ensino a distância na rede privada, conforme dados do INEP (2022), 71,7% dos ingressantes no ensino superior privado, estão concentrados na modalidade a distância, o que corresponde a 3.032.618 enquanto 28,3% que corresponde a 1.198.710 ingressantes, estão concentrados na modalidade presencial. Na rede pública, essa realidade não se aplica, a situação se inverte, a participação do Ead representa apenas 12,9% correspondente a 67.938, enquanto a modalidade presencial representa 87,1%, isto é, 457.462.

Diante disso, pode-se inferir que a educação superior brasileira, sob a égide do governo Bolsonaro, sofreu grandes impactos, cujas principais tendências apresentadas, foram: a expansão ainda maior do setor privado na oferta de cursos superiores, com destaque para a participação do ensino a distância e o esgarçamento das universidades públicas. No entanto, a vitória do então presidente Lula, nas últimas eleições presidenciais, proporcionou um sopro de esperança no que tange a preservação das universidades públicas, ainda que isso nos demande o constante fortalecimento da luta em torno da defesa de uma educação pública, gratuita, presencial e socialmente bem referenciada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

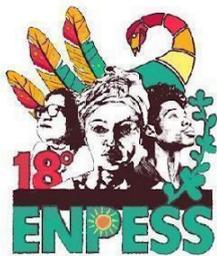
A partir das ponderações analisadas, podemos inferir que a educação superior brasileira, historicamente, esteve a serviço dos interesses do capital internacional, em função da própria inserção subordinada do Brasil na dinâmica econômica mundial. Contudo, nota-se que o ensino superior enquanto nicho de valorização do capital, ganha notoriedade a partir da expansão do capital monopolista. Nesse sentido, foi possível identificar que os reflexos macroestruturais, inerentes ao contexto de crise estrutural do capital emergente, na década de 1970, rebatem significativamente no âmbito da Educação Superior, ocasionando um intenso processo de contrarreforma, cujas principais medidas adotadas, direcionam-se para a privatização das IES públicas, a abertura de IES privadas e o surgimento das IES à distância. Em suma, direcionam-se à mercantilização do ensino superior.

Nota-se que, hoje, a educação superior se apresenta como um dos principais nichos de valorização e reprodução do capital, pois, além de fomentar a ampliação da lucratividade dos grandes empresários da educação, certifica uma massa de profissionais acrílicos e, conseqüentemente, funcionais à sua reprodução. Além disso, o processo de privatização vem assumindo dimensões gigantescas ao longo dos últimos anos, devido ao processo de oligopolização, isto é, constituição de grupos de empresários, que passam a adquirir pequenas empresas ofertantes de serviços educacionais, para ofertar a educação superior no país, principalmente através de cursos privados a distância.

Conclui-se que o modelo de ensino superior, a forma como ele se organiza, é resultado da maneira como a sociedade se organiza, portanto, as transformações contemporâneas, efetivadas na sociedade brasileira, interferem nos parâmetros da educação superior, ratificando seu padrão dependente, como defendeu Fernandes (2010). Assim, não nos resta outra alternativa, se não resistir e garantir a existência do lócus principal de pesquisa e produção do conhecimento, as universidades.

## REFERÊNCIAS

- ANDES. **Portaria da Capes corta bolsas de diversos programas de pós-graduação.** Brasília-DF, 2020. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/portaria-da-capes-corta-bolsas-de-diversos-programas-de-pos-graduacao1> Acesso em: 10 fev. 2021.
- ARELARO, L. R. G. CAETANO, C. G. A. Políticas atuais, transformação social e perseguição a Paulo Freire. **Revista de estudos culturais**, São Paulo, 5.ed, p. 01-21, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/170628/161123>. Acesso em 15 fev. 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**INEP/MEC. Censo da Educação Superior de 2010. 2010 Disponível em:**

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2010/divulgacao\\_censo\\_2010.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf). Acesso em: 13 Set. 2021.

**INEP/MEC. Censo da Educação Superior de 2015. 2015. Disponível em:**

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2015/Notas\\_Estatisticas\\_Censo\\_Superior\\_2015.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/Notas_Estatisticas_Censo_Superior_2015.pdf). Acesso em: 13 Nov. 2021.

**INEP/MEC. Censo da Educação Superior de 2017. 2017. Disponível em:**

<file:///D:/material%20para%20o%20projeto/Apresentac%CC%A7a%CC%83o%20-%20Censo%20Superior%20-%20U%CC%81ltimo.pdf>. Acesso em: 21 Nov. 2021.

**INEP/MEC. Censo da Educação Superior de 2022. 2022 Disponível em:**

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2022/apresentacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2022.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf). Acesso em: 15 Jul. 2024.

**CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Disponível em:**

<https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0>. Acesso em: 12 Mar. 2021.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. Ensino à distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas. **Textos e contextos**, Porto Alegre, v.15, n. 1, p.43-58, jan/jul. 2016.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior. **Revista Serviço Social e sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 241-266, abr./jun. 2011.

FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Disponível em:

[https://books.google.com.br/books/about/O\\_desafio\\_educacional.html?hl=pt-BR&id=xuoQAAAAYA\\_AJ](https://books.google.com.br/books/about/O_desafio_educacional.html?hl=pt-BR&id=xuoQAAAAYA_AJ). Acesso em: 09 Ago. 2022.

FERNANDES, Bernado Mançano. Dicionário “Trabalho, profissão e condição docente”. 2010. Disponível em:

<https://docs.google.com/document/d/1YOuzOvalDRNrYxwLttcQIXa6JIX0gr7w/edit>. Acesso em: 20 maio 2022.

FLORES, M.; MATTOS, V. O último a sair apaga a luz? Contribuições à luta pela universidade pública. **Universidade e sociedade/ andes**, Brasília, n. 65, p. 8-23, 2020.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social e sociedade**, São Paulo, n.104, p. 715-736, out./dez. 2010.

LEHER, R. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. 1.ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

LIMA, K. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: xamã, 2007.

LIMA, K.; PEREIRA, L. D. **Contra-reforma na Educação Superior brasileira: Impactos na formação profissional em Serviço Social**. *Revista Sociedade em debate*, Pelotas, n.15, p. 31-50, jan/jun. 2009.

LIMA, K. **Universidade pública e contrarrevolução: “da travessia de uma ponte” ao “caminho da prosperidade”**. *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 17, n.44, p.15-32. 2019.

MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANCIBO, D. **Crise Político-Econômica no Brasil: Breve Análise da Educação Superior**. *Revista Educação e Sociedade*, v.38, n. 141, p.875-892, out-dez, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n141/1678-4626-es-es0101-73302017176927.pdf>> Acesso: 25 Jul. 2022.

MEDEIROS, M. G.; PERUZZO, J. F. **Reflexões sobre a expansão e a interiorização dos cursos de Serviço Social**. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016, p.289-316.

MEDEIROS, M. G. de. **Mundialização do capital e educação superior: alguns determinantes da expansão privada dos cursos de Serviço Social nos anos 2000 e o perfil de seus alunos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

MELO, A. A. Sales; SOUSA, F. Bezerra. **A agenda do mercado e a educação no governo temer**. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 25-36, ago. 2017.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTE, Alana Mayara Ferreira do, *et al.* **Ensino Superior no Brasil e a expansão dos cursos de Serviço Social nos anos 2010 a 2013**. *O social em questão*, Alagoas, n.34, p. 245-258, jul./set. 2015.

ROSA, Claudia C. B. de B.; MARTINS, Suely A. **Ensino superior no Brasil: uma breve trajetória pós-golpe de 2016**. 2018. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/cidu/assets/edicoes/2018/arquivos/35.pdf>. Acesso em: 24 Jul. 2022.

SILVA, S. et al. **Educação superior pública federal no governo Bolsonaro**. In: LEHER, R. (Org). **Educação no governo Bolsonaro: inventário e devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.